



MINISTÉRIO DA ECONOMIA
Secretaria Especial de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais
Secretaria Executiva da Câmara de Comércio Exterior
Comitê Financiamento e Garantia das Exportações

ATA DE REUNIÃO

Para efeitos da Lei de Acesso à Informação - LAI (Lei nº 12.527/2011), o acesso à presente Ata é público, ressalvadas as informações indicadas como reservadas, com base no inciso II do art. 23 da referida Lei, bem como as hipóteses de sigilo conforme inciso I do art. 6º do Decreto nº 7.724/2012, especialmente o sigilo comercial.

Às dez horas do dia 31 de agosto de dois mil e vinte e dois foi realizada a 183ª Reunião Ordinária do Comitê de Financiamento e Garantia das Exportações - Cofig, sob a presidência da Sra. Viviane Vecchi Mendes, no exercício do cargo de Secretária Especial de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais Adjunta, com a participação dos seguintes membros: Sra. Juliana Larenas, representante suplente do Ministério da Defesa; Sr. Rodrigo Dourado, representante titular da Casa Civil da Presidência da República; Sr. Ricardo Monteiro, representante suplente do Ministério das Relações Exteriores; Sr. Fernando Zelner, representante do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Sr. Rodrigo Cota e Sr. Guilherme Laux, representantes titular e suplente da Secretaria do Tesouro Nacional, órgão inserido na estrutura da Secretaria Especial de Tesouro e Orçamento do Ministério da Economia.

Também estiveram presentes a Sra. Ana Paula Lindgren Alves Repezza, Secretária-Executiva da Camex e o Sr. Leonardo Diniz Lahud, Secretário-Executivo Adjunto da Camex, e o Sr. Lazaro Coelho de Deus Lima, Subsecretário de Financiamento ao Comércio Exterior na SE-CAMEX. Como convidados, participaram da reunião o Sr. Carlos Frederico Braz de Souza, representando o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES; Sra. Fernanda Kich e Sr. Alexandre Machado, representando o Banco do Brasil S.A.; Sr. Rodrigo Albanesi, Sr. Matheus Alves e Sr. Octavio Bromatti, representando a Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A. – ABGF.

Verificada a existência de quórum, o Presidente do Cofig deu início à reunião, que tinha como objetivo deliberar sobre a seguinte pauta:

MÓDULO I – ASSUNTOS GERAIS

Para deliberação:

1) Aprovação de Ata

Cofig: Aprovou a Ata da 182ª Reunião Ordinária do Cofig, realizada em 31 de julho de 2022.

2) Retificação de Ata

Cofig: Aprovou a retificação da Ata da 181ª Reunião Ordinária do Cofig, realizada em 30 de junho de 2022.

MÓDULO II – PROEX

Para conhecimento:

3) Mapas Orçamentários

O representante do Banco do Brasil apresentou planilhas com os mapas orçamentários acerca da execução do Proex Financiamento e do Proex Equalização com posição em 30/07/2022.

Proex Equalização: a) Execução orçamentária: da dotação orçamentária de R\$ 800 milhões, houve execução financeira de R\$ 156,44 milhões; b) Passivo contratado: o total do passivo do exercício é de R\$ 422,37 milhões. Considerando a dotação orçamentária, a execução financeira e o passivo contratado com execução prevista, a disponibilidade orçamentária efetiva era de R\$ 221,18 milhões.

Em relação à modalidade Proex Financiamento, registrou-se: a) Execução orçamentária: da dotação orçamentária de R\$ 2,1 bilhões, houve execução financeira de R\$ 545,41 milhões; b) Passivo contratado: o total do passivo contratado era de R\$ 361,05 milhões, com totalidade de sua execução prevista para o exercício de 2022. Considerando a dotação orçamentária, a execução financeira e o passivo contratado com execução prevista, a disponibilidade orçamentária real era de R\$ 1,193 bilhão. Não houve questionamentos adicionais pelos participantes sobre as informações prestadas.

Cofig: Tomou conhecimento sobre os mapas orçamentários do Proex, referentes a julho de 2022, relatados pelo Banco do Brasil.

MÓDULO III - FGE/SCE

Para conhecimento:

4) Relatório Executivo de Risco

O representante da ABGF apresentou Relatório de Desempenho com posição em julho de 2022. Em relação ao mês anterior, a exposição total do fundo aumentou 0,2%, devido à aprovação de operação da American Airlines no Cofig, o que impactou em valores aprovados o aumento de 9,4%. Outro elemento que sofreu forte variação, de 21,3%, foi o valor a desembolsar, devido ao desembolso de 3 aeronaves de Skywest.

O representante da ABGF ainda destacou que a sinistralidade do FGE diminuiu 0,3%, em função do pagamento de prêmio de novas operações, recebimento de prêmios *ongoing* de Cuba e recebimento de recursos de recuperação da Aeroméxico, que se consolidaram em julho. O representante da ABGF, então, apresentou tabela com a sinistralidade do FGE por ano, com detalhamento por país e segmento econômico.

O representante da STN/Seto questionou se as operações sinistradas da Argentina seriam daquelas cursadas no âmbito do CCR. O representante da ABGF informou que se tratavam de operações privadas.

Cofig: Tomou conhecimento do Relatório Executivo de Risco do FGE, referente a julho de 2022, apresentado pela ABGF.

5) Mapa Orçamentário – SCE/FGE

O representante da Sucex apresentou Mapa Orçamentário do SCE/FGE com a visão orçamentária da gestão do fundo.

Inicialmente, foi apresentada a dotação orçamentária para o pagamento de indenizações, atualmente de R\$ 1,105 bilhão, conforme dados extraídos do SIOP. Até o momento, o valor empenhado foi de R\$ 444,6. Assim, a disponibilidade orçamentária atual está em R\$ 665,3 milhões. Considerando as indenizações programadas e despesas com recuperação esperadas para o exercício, tem-se um saldo final negativo de R\$ 72 milhões para o exercício de 2022. O valor caiu de R\$ 84 milhões para R\$ 72 milhões, essencialmente em função da variação da taxa de câmbio.

Em relação aos potenciais ingressos, a Sucex apresentou estimativa de um montante de R\$ 321 milhões referente a potenciais ingressos de prêmios de operações aprovadas, mas ainda não concretizadas, e de R\$ 411 milhões referente a recuperações de créditos projetadas.

O representante da STN/Seto questionou se a mudança no valor da provisão para novos sinistros referente à exposição do FGE com Gana foi decorrente da mudança na classificação de risco por agências de classificação de créditos privadas, e não de mudança na classificação de risco-país da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), alertando que deve ser seguido critério uniforme no cálculo de provisões. O representante da Sucex explicou que Gana tem apresentado vários sinais de alerta,

inclusive atrasos nos pagamentos referentes a créditos do Programa Mais Alimentos Internacional (PMAI), o que justificaria o aumento na provisão de recursos para possível sinistro ainda neste exercício. Destacou, ainda, que se tem buscado manter a metodologia uniforme

O representante da Sucex apresentou os valores de prêmios arrecadados e de indenizações líquidas de recuperação, mostrando que o fundo passa a ter um resultado histórico negativo, conforme relatado pelo representante da ABGF no item de pauta anterior. Destacou, porém, a situação deve mudar nos próximos meses, quando forem recebidos os valores esperados referentes às recuperações da Flybe, Aeroméxico e Montenegro.

Sobre o fluxo financeiro do fundo, destacou que, com obrigações de 2022 que devem ser liquidadas até março de 2023, há um valor de R\$ 737,4 de despesas com sinistros já materializados – valor este que está sujeito variações decorrentes da evolução da taxa de câmbio.

Enfatizou que, até o momento, a suplementação orçamentária solicitada em 03/08, no valor de R\$ 320,9 milhões, não havia sido atendida, embora houvesse expectativa de que poderia haver algum avanço em relação à questão na reunião da Junta de Execução Orçamentária – JEO – vindoura.

O representante da Sucex informou que se encontra em fase de melhoria o fluxo de informação referente ao recebimento dos valores de recuperação privada, em decorrência de trabalho conjunto do BNDES, ABGF e SE-Camex. Dito isso, apresentou um quadro, com detalhamento da Recuperação de Créditos Privados para o mês de setembro de 2022, que poderia atingir U\$ 24,83 milhões de dólares, referentes às vendas de aeronaves da Flybe, incluindo aquelas para a Polícia Federal, e o valor do *leasing* mensal pago pela Aeroméxico.

Cofig: Tomou conhecimento do Mapa Orçamentário do SCE/FGE, referente a 2022, apresentado pela SUCEX/SE-CAMEX.

6) Instrução Normativa SCE/FGE: relato sobre o processo de consolidação das alçadas de decisão da Secretaria-Executiva da Camex

O representante da Sucex apresentou brevemente a proposta de consolidação das alçadas da SE-Camex de aprovação de operações do SCE/FGE. Destacou que, atualmente, tais alçadas são estabelecidas por um conjunto de decisões do Cofig, tomadas em diversas reuniões ordinárias, registradas em ata. Recordou que a minuta da instrução normativa (IN) fora circulada entre os membros via e-mail, e que está aberta para apresentação de melhorias pelos mesmos, a fim de que pudesse ser objeto de deliberação na 184ª RO do Cofig, prevista para ocorrer no mês de setembro.

Destacou que um dos objetivos da proposta é proporcionar transparência ativa, e, assim, facilitar a eventual consulta pelos órgãos de controle e outros interessados, a exemplo do que fora realizado na Instrução Normativa 82/2021 referente as alçadas do Proex.

Cofig: Tomou conhecimento da minuta de Instrução Normativa, apresentado pela SUCEX/SE-CAMEX.



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Toledo Cabral Cota, Membro**, em 03/10/2022, às 16:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Fernando Sardenberg Zelner Gonçalves, Secretário(a) Adjunto(a)**, em 04/10/2022, às 16:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Monteiro de Souza, Membro**, em 04/10/2022, às 18:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Duarte Dourado, Membro**, em 05/10/2022, às 15:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Viviane Vecchi Mendes Muller, Subsecretário(a) Substituto(a)**, em 03/11/2022, às 18:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Juliana Ribeiro Larenas, Membro**, em 08/11/2022, às 10:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.economia.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **28503743** e o código CRC **1C936517**.